CRISE FINANCEIRA

Salário dos servidores estaduais não será reajustado neste ano

Governador afirma que categorias que paralisarem terão o ponto cortado e pagamento descontado

LUCIA MOREL

O governo do Estado não vai conceder reajuste aos servidores estaduais. O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) afirmou que o Brasil enfrenta crise econômica e que o Estado não tem condições de atender aos porcentuais pedidos pelas categorias diante desse cenário. Segundo Azambuja, nenhuma ação grevista surtirá efeito, e os funcionários que porventura paralisarem suas atividades terão o dia de trabalho descontado.

Mesmo com as sucessivas visitas de sindicatos à governadoria para reuniões com Azambuja e seus secretários, a concessão de aumento salarial é inviável diante da crise econômica. O próprio governador afirmou que caso haja greve os salários dos dias parados serão descontados. Azambuja comentou ainda que em determinados casos as categorias têm sido insufladas a realizar greve em virtude de interferências políticas, como no caso dos professores, que estariam sendo direcionados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

No dia 27 de abril, durante agenda pública, Azambuja já havia indicado que não iria conceder reajuste aos servidores do Estado, alegando a queda na arrecadação estadual. Ele também disse na época que o aumento salarial teria sido dado em dezembro de 2014, quando a última parcela de três foi adicionada ao salário de quase todas as categorias do funcionalismo estadual, conforme escalonado pelo ex-governador André Puccinelli (PMDB), na lei estadual 4.350 de maio de 2013. Ficaram de fora desse aumento apenas os servidores de cargos comissionados, a Procuradoria Jurídica e a Secretaria de Fazenda.

10 mi

IMPACTO
Caso o aumento fosse concedido, impactaria em R$ 10 milhões os cofres estaduais. Com arrecadação de impostos em baixa e redução da receita líquida em 9,1%, governo pediu paciência aos servidores no mês passado. Mas os cerca de 63 mil funcionários do Estado terão de passar o ano sem expectativa de aumento salarial, a não ser que a crise financeira dê trégua.

VALDENIR REZENDE

SEM REAJUSTE. Governador Reinaldo Azambuja garantiu que não haverá reajuste por conta da crise financeira que assola o Brasil

Os números do Estado, conforme a Secretaria Estadual de Administração, revelam queda de 18% na arrecadação bimestral do governo do Estado. Isso, se comparado ao ano passado. A queda representa R$ 319 milhões a menos de receitas primárias nos cofres públicos e compromete a capacidade de negociação salarial. Os salários dos funcionários públicos e encargos trabalhistas subiram 19,4%, de R$ 1,351 bilhão em 2014 para R$ 1,614 bilhão neste ano, segundo os dados.

Ainda conforme o governador, em fala do dia 27 de abril, o total da receita arrecadada deve se equiparar ao mesmo período do ano passado. "Se as receitas vierem a melhorar, como teve antecipação em dezembro, podemos fazer outra antecipação este ano", ponderou. Em dezembro do ano passado, os administrativos da educação e policiais militares ganharam antecipação de reajuste salarial.

Ontem de manhã, o secretário de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, se reuniu com alguns sindicatos e sinalizou que as negociações estão em andamento e nova reunião foi marcada para semana que vem. Ele sinalizou que outras reivindicações das categorias, que não sejam exclusivamente sobre reajuste, podem ser atendidas.

REDUÇÃO

Professores contratados tiveram férias e 13º cortados

LAIRTES CHAVES

Ao menos quatro mil professores contratados foram surpreendidos ao receberem os salários, pagos ontem pela Prefeitura de Campo Grande. A categoria informou que o município cortou parte das férias e do 13º salário, procedimento remunerado mês a mês, há quase uma década, pelo município. Com a medida, alguns salários de professores encolheram entre R$ 500 a R$ 1 mil.

Nos holerites dos professores que dependem de contrato, a diferença entre os salários deste mês para o mês passado assusta. Um professor que cumpre meio período (20 horas) como convocado (sem concurso) no município e recebia líquido até o mês passado R$ 2.744,00 perdeu R$ 494 dos vencimentos e recebeu R$ 2.250.

Outro professor, com 40 horas no contrato, viu seu orçamento ser diminuído em mais de R$ 1 mil, sem qualquer aviso, de um mês para o outro. Quem depende do valor para sustentar família e filhos está preocupado e já não sabe a quem recorrer.

Professora de Matemática em meio período no município há mais de cinco anos, Ana Cristina, 38 anos, relata que os R$ 500 deduzidos neste mês serviriam para seu tratamento de saúde e se diz decepcionada e desanimada para continuar no trabalho.

"Nós não sabemos mais o que esperar. Em todo o tempo que eu trabalho para a prefeitura isso nunca aconteceu. Se tirassem R$ 500 do seu salário sem te avisar, de uma hora pra outra, sem sequer garantir que você vai receber depois, o que você faria?", desabafa.

ÁLVARO REZENDE

SEM DEBATE. Geraldo Gonçalves considerou medida um "golpe"

O Sindicato Campo-Grandense dos Profissionais da Educação Básica (ACP-MS) se incomodou com a situação, considerada um "golpe" contra o magistério. A entidade se reúne desde o começo de abril com a Secretaria Municipal de Administração para tentar discutir o reajuste salarial anual para a categoria, mas nunca recebeu qualquer sinal do Executivo de que este corte aconteceria.

Na manhã de ontem, o presidente do sindicato, Geraldo Gonçalves, esteve na secretaria e recebeu os argumentos já costumeiros, segundo ele, de que a prefeitura está em crise e não tem dinheiro.

"Os professores não estão satisfeitos. A prefeitura não discutiu com ninguém e decidiu de forma unilateral tirar o direito do trabalhador. Estamos esperando respostas, mas se for necessário vamos à justiça. É um absurdo!", explicou.

O secretário de administração, Wilson do Prado, que também assume interinamente a secretaria municipal de Educação (Semed), explicou que não houve cortes dos direitos dos trabalhadores. A prefeitura estaria apenas seguindo o que o Estatuto do Servidores permite, optando por pagar 13º e férias no momento da rescisão do contrato, para evitar que a folha ultrapasse o teto permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

"Todos os secretários foram avisados de que isso aconteceria e deveriam ter comunicado os trabalhadores. A partir de agora, esses valores serão pagos apenas no fim do contrato", disse Prado.